



**REPRESENTAÇÕES SOBRE A PRIMEIRA INFÂNCIA E
VIOLÊNCIA URBANA NA MÍDIA BRASILEIRA**

RELATÓRIO DE PESQUISA DO FRAMEWORKS

Elaborado para o Instituto FrameWorks por
Diogo Lyra com Moira O'Neil e Michael Baran

Julho 2014

© Instituto FrameWorks 2014

INTRODUÇÃO

A análise de mídia aqui apresentada é uma realização do *FrameWorks Institute* para o *Center on the Developing Child* da Universidade de Harvard, com financiamento da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal e da Fundação Bernard van Leer. Trata-se de um componente crítico de um projeto maior de comunicação, cujo objetivo é documentar o entendimento público acerca do desenvolvimento na primeira infância e dos impactos da violência urbana sobre as crianças brasileiras. A pesquisa pretende oferecer àqueles que trabalham com esses temas um conjunto de estratégias de comunicação empiricamente testadas, ampliando a compreensão desses tópicos e disponibilizando suporte a partir das soluções sugeridas com base na análise dos resultados.

No caso dos formadores de opinião, a importância da cobertura da mídia é fundamental justamente porque ela desempenha um poderoso papel no reforço e modelagem da compreensão do público a respeito de questões relacionadas com o desenvolvimento na primeira infância e a violência urbana. Além disso, a mídia também é alimentada pelo entendimento público sobre essas questões, ensejando uma troca constante no que tange à percepção da primeira infância no Brasil.^[i] Este relatório examina empiricamente esse ciclo de influências, primeiro documentando os enquadramentos que permeiam a cobertura da mídia sobre o desenvolvimento na primeira infância e os problemas relativos à violência urbana e, em seguida, examinando os possíveis impactos dos enquadramentos da mídia na compreensão pública dessas questões.^[iii]

Nesta análise, examinamos os enquadramentos da mídia — isto é, o uso padronizado de ferramentas cognitivas que estruturam as definições específicas, interpretações causais e soluções para os problemas sociais — que atualmente fazem parte do discurso público brasileiro sobre as questões de violência e desenvolvimento na primeira infância. Identificar tais padrões na cobertura da mídia é fundamental para entender *por que* existem lacunas entre o entendimento público e o de especialistas, e *como* a introdução de novas narrativas sobre desenvolvimento na primeira infância e violência podem suprir estas lacunas. Na conclusão deste relatório identificamos estratégias de reenquadramento que podem ser utilizadas para criar novas histórias, aptas a expandir a compreensão pública sobre o desenvolvimento na primeira infância e sobre a violência, bem como aumentar o apoio às políticas e programas defendidos por especialistas.

A análise a seguir está dividida em duas partes. A primeira lida com questões gerais relacionadas ao desenvolvimento na primeira infância, enquanto a segunda se concentra especificamente no entrelaçamento dos temas “infância” e “violência”.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Descobertas

A análise da cobertura da mídia sobre o desenvolvimento na primeira infância revelou os seguintes temas:

- **A cobertura midiática sobre “desenvolvimento cognitivo” está concentrada em temas relacionados a crianças mais velhas. No que tange ao tema da primeira infância, a ênfase é na sobrevivência em lugar do desenvolvimento.** A mídia raramente enfoca o desenvolvimento na primeira infância (0 a 3 anos). Entre os artigos que fazem referência a este período, aproximadamente 59% se concentra em taxas de mortalidade, partos prematuros e doenças como HIV, diabetes, meningite e obesidade, entre outras. Em suma, a sobrevivência infantil é a principal área de interesse da mídia na cobertura de temas associados a crianças de 0 a 3 anos. Por outro lado, o interesse da mídia em crianças acima dessa faixa etária está primariamente direcionado a questões de educação — especificamente, a falta de acesso de muitas crianças brasileiras às oportunidades educacionais.
- **O desenvolvimento cerebral no início da vida e as habilidades não cognitivas de desenvolvimento estão praticamente ausentes da narrativa da mídia sobre as crianças.** por faixa etária tem várias implicações importantes. Primeiro, são raras – se não inexistentes - as discussões na mídia brasileira sobre a educação *no início da vida* da criança. As creches são primordialmente representadas pelos meios de comunicação como instituições privativas de liberdade, em lugar de ambientes de aprendizagem cuja importância é fundamental para as crianças. Em segundo lugar, quando abrange questões de educação para crianças mais velhas, a cobertura da mídia enfatiza em excesso o tipo de desenvolvimento cognitivo que ocorre apenas em contextos de educação formal. Este foco míope na aprendizagem cognitiva formal desconsidera qualquer discussão sobre outras habilidades importantes, tais como as sociais e emocionais. Finalmente, há pouca cobertura a respeito do desenvolvimento do *cérebro* da criança no início da vida, tema presente em menos de 3% dos artigos que abordam o desenvolvimento cerebral infantil em qualquer idade.
- **A cobertura midiática atribui os problemas enfrentados pelas crianças brasileiras - incluindo a falta de oportunidades educacionais e os baixos níveis das taxas de saúde e sobrevivência - à ineficiência do governo.** A mídia brasileira regularmente responsabiliza o governo pela falta de prestação de serviços de educação e infraestrutura básica para melhorar a saúde da criança e aumentar suas taxas de sobrevivência. A mídia destaca a ineficiência e

incompetência das autoridades públicas em todos os níveis: federal, estadual e municipal.

- **A mídia frequentemente atribui as deficiências das crianças brasileiras às famílias e suas práticas de cuidados, afirmando que políticas públicas devem ser orientadas para mudar esses comportamentos.** A cobertura da mídia sobre primeira infância no Brasil atribui os resultados negativos do desenvolvimento infantil aos hábitos e práticas das famílias. Essas histórias, que constituem mais de 14% da amostra, tendem a se concentrar nos brasileiros de comunidades marginalizadas e/ou com poucos recursos. Jornalistas regularmente enfatizam como os pais - particularmente as mães - evitam conselhos de especialistas em favor do conhecimento baseado nos ensinamentos da família ou nos modelos tradicionais, culturalmente orientados, de educação infantil, muitas vezes em detrimento do desenvolvimento e da saúde de suas crianças. Dessa forma, não surpreende que a principal solução oferecida pelos meios de comunicação seja a mudança de comportamentos e hábitos considerados "atrasados", presentes nas práticas das famílias. Em grande parte ausente das histórias narradas pela mídia está o contexto social em que os pais cuidam de seus filhos - incluindo a disponibilidade e acessibilidade a alimentos saudáveis, água potável e a serviços de educação e saúde de qualidade, entre outras questões. Como consequência, políticas destinadas a *alterar* estes contextos são muitas vezes deixadas de fora da cobertura da mídia brasileira sobre o desenvolvimento na primeira infância, reforçando enquadramentos superficiais e estigmatizantes sobre a realidade das famílias brasileiras.

- **A mídia brasileira está preocupada principalmente com os impactos econômicos da promoção do desenvolvimento na primeira infância.** Jornalistas regularmente ressaltam o emprego na idade adulta como um dos retornos sobre investimentos voltados ao desenvolvimento na primeira infância. Em muitos casos, o mercado de trabalho é destacado como o desejo primário em termos de resultados positivos do desenvolvimento infantil. Sob esse ponto de vista, o desenvolvimento não é medido por um contexto que possibilite às crianças desenvolver seus potenciais, mas por quão produtivas elas poderão vir a ser no futuro, especialmente no mercado de trabalho. A cobertura consistentemente deixa de considerar outros benefícios de ordem não financeira que decorrem de políticas públicas destinadas a apoiar o desenvolvimento infantil, como a proteção dos direitos das crianças e a garantia de que todas elas sejam capazes de atingir seu pleno potencial e contribuir para as suas comunidades. Este foco em ganhos econômicos e retorno sobre o investimento obscurece a consideração de um conteúdo programático que prime pela *qualidade* nas intervenções e políticas públicas destinadas ao universo infantil.

A análise da cobertura da mídia sobre a primeira infância e violência revelou os seguintes temas:

- **A cobertura da mídia sobre primeira infância e violência é rara e enquadrada de forma superficial.** A violência raramente é tratada como um problema relacionado a crianças. Aproximadamente metade dos artigos aborda tendências estatísticas relativas ao aumento da violência entre parte da população ou em uma determinada região. A outra metade apresenta histórias sobre as motivações, moralidade e disposições psicológicas de autores individuais. Estes dois quadros criam uma sensação de pânico (de que a violência estaria crescendo), além de sustentarem a noção de que a violência é causada por atos isolados, perpetrados por indivíduos imorais.
- **A mídia raramente aborda o *impacto* da violência sobre o desenvolvimento infantil.** Não há nenhuma discussão a respeito do impacto da violência sobre o desenvolvimento do cérebro, ou sobre como a intensa e regular exposição à violência gera resultados negativos para a saúde em longo prazo.
- **A solução primária promovida pelos meios de comunicação diante da violência contra crianças se concentra em punições mais severas para o perpetradores.** Consistente com o fato de o foco da mídia recair sobre autores individuais, a solução operacional apresentada por jornalistas e comentaristas para deter a violência contra crianças é a elaboração de leis mais rigorosas e punição mais severa aos perpetradores.

Implicações

- **O foco da mídia na sobrevivência da criança e a ausência de discussões sobre o desenvolvimento cerebral no início da vida se traduzem numa oportunidade perdida de difusão de aspectos-chave para o entendimento público sobre desenvolvimento na primeira infância.** Pesquisas anteriores do FrameWorks demonstraram que o público brasileiro confere pouca importância aos aspectos cognitivos do desenvolvimento na primeira infância.^[iii] Ao contrário, o público assume que a primeira infância é uma fase da vida basicamente marcada por transformações físicas e de crescimento. Considerações sobre o processo neurobiológico também estão ausentes do entendimento público sobre desenvolvimento na primeira infância. Essas mesmas lacunas narrativas observadas no entendimento público estão presentes na cobertura da mídia, o que nos leva a concluir que a mídia falha em promover o avanço na compreensão do público, mesmo quando aborda estes temas diretamente.

- **O foco da mídia no acesso à educação desvia o percepção pública da importância da qualidade das intervenções e programas voltados à primeira infância.** Embora o modo como a mídia enquadra a importância da educação universal tenha algumas implicações positivas por expressar preocupação com a desigualdade no acesso à educação, o fato de a abordagem estar restrita a este único foco enfraquece a percepção pública sobre a importância da *qualidade* dessas instituições educacionais (escolas ou creches).
- **A representação do governo como ineficiente mina o suporte público a políticas de desenvolvimento na primeira infância.** A pesquisa do FrameWorks sobre modelos culturais demonstra que o público brasileiro possui uma relação complicada com as políticas de desenvolvimento na primeira infância.^[iv] De um lado, o público apoia amplamente as iniciativas voltadas ao incremento dos serviços públicos destinados a jovens e crianças. De outro, os brasileiros demonstram ceticismo e desconfiança quanto a ações governamentais em larga escala – seja porque não confiam nos políticos, seja porque percebem essas políticas como uma imposição à comunidade e um desafio à autoridade familiar. Além disso, a análise dos modelos culturais mostra que o público brasileiro considera práticas parentais – como o amor e o cuidado de um lado, e a disciplina e o controle de outro – aspectos determinantes para ganhos no desenvolvimento.^[v]
- **Culpar os pais - especialmente aqueles em comunidades marginalizadas e com poucos recursos - reforça a desconfiança do público em relação à expertise científica.** O público brasileiro (provavelmente por boas razões históricas) é altamente cético em relação a intervenções médicas governamentais naquilo que é considerado “problema da família”.^[vi] A constante desvalorização das práticas parentais por parte da mídia em favor do conhecimento de especialistas científicos aprofunda – e até mesmo antagoniza – a lacuna existente entre essas duas perspectivas.
- **O foco nos benefícios econômicos do desenvolvimento na primeira infância obscurece outros benefícios de ordem não financeira.** Como apresentado anteriormente, nossas pesquisas demonstram que o público apoia amplamente políticas destinadas a incrementar serviços públicos e, portanto, destinadas ao enriquecimento do desenvolvimento.^[vii] Entretanto, o foco exclusivo da mídia nos impactos econômicos dessas políticas não provê um senso de benefício coletivo - como permitir que todas as crianças atinjam seu pleno potencial para contribuir em suas comunidades como cidadãos engajados.
- **Ao deixar de analisar conjuntamente violência e desenvolvimento na primeira infância, a cobertura da mídia perde a oportunidade de contar uma história sobre o desenvolvimento do cérebro.** A ausência de cobertura da mídia

sobre os efeitos da exposição à violência no desenvolvimento representa mais uma oportunidade perdida de envolver o público em uma robusta discussão sobre a ciência do desenvolvimento na primeira infância e os efeitos devastadores da violência sobre as gerações futuras do Brasil. Esta ausência reforça ainda mais a tendência do público de descartar a influência das experiências da infância na saúde e bem-estar.

- **O foco da mídia em punições mais severas para os autores de crimes contra crianças inibe a reflexão sobre prevenção e contextos sociais nos quais a violência é gerada.** Na mídia, a violência é retratada como um problema de pessoas imorais que cometem atos isolados de violência contra vítimas individuais. A solução correspondente para este tipo de problema, então, são punições mais duras para esses indivíduos considerados imorais. Este tipo de cobertura altamente individualista impacta a capacidade do público de considerar e avaliar melhor as reflexões sociológicas sobre as causas e potenciais soluções para a violência urbana. Esse tipo de dificuldade ocorre, por exemplo, nos casos em que as políticas públicas privilegiam intervenções preventivas a prevenções punitivas.

Recomendações

Com base nesta análise, recomendamos que especialistas, defensores e peritos em primeira infância apresentem novas histórias em seus materiais ao se relacionarem com a mídia:

- **Explicar os processos de desenvolvimento do cérebro no início da vida.** Atualmente, não há nenhuma discussão na imprensa brasileira sobre o *que* se desenvolve na primeira infância e *como* esse desenvolvimento acontece. Comunicadores devem inserir esse tipo de explicação em conversas com membros da mídia e ser específicos sobre as idades em que se dão processos-chave do desenvolvimento.
- **Explicar a interligação das habilidades sociais, emocionais e cognitivas.** A cobertura da mídia sobre as questões relativas à primeira infância concentra-se nas experiências das crianças em contextos de educação formal e, portanto, enfoca apenas o desenvolvimento cognitivo. Especialistas e defensores da primeira infância devem explicar a interligação das habilidades sociais, emocionais e cognitivas de forma a enfatizar a integralidade do desenvolvimento infantil.
- **Enfatizar a qualidade programática das políticas públicas.** O interesse central da mídia está na quantidade de serviços e programas disponíveis para as crianças, mas raramente aborda a qualidade dessas intervenções. Apresentar alternativas baseadas em evidências científicas é um passo essencial para melhorar os

- resultados. Se especialistas começarem a inserir nas narrativas da mídia discussões sobre a qualidade programática das políticas públicas, permitirão ao público uma melhor avaliação sobre propostas de políticas específicas em matéria de desenvolvimento na primeira infância.
- **Não culpar ou isolar as famílias.** Ao culpar e estigmatizar as famílias brasileiras, sobretudo as de certas regiões com baixo status socioeconômico, os meios de comunicação contribuem para isolar um importante segmento da população, que impacta diretamente o desenvolvimento na primeira infância. Os pais não devem ser considerados como único problema nem como única solução; eles certamente devem ser percebidos como parte de uma equipe bem conectada de adultos que age de forma coordenada para garantir as melhores condições para o desenvolvimento das crianças. Para seguir apropriadamente essa recomendação, é preciso ter em mente o tom adequado tanto para a comunicação em si quanto para os mensageiros, neste caso, a mídia brasileira.
 - **Fazer da violência um tema da infância.** A cobertura da mídia raramente trata infância e violência como temas conexos. Nas poucas vezes em que isso acontece, a narrativa se concentra em abordagens estatísticas ou os casos são discutidos em termos de acontecimentos individualizados. Os comunicadores devem ampliar a discussão utilizando os seguintes enfoques: a) tornar visíveis outras formas mais sutis de violência, tais como o abuso e negligência; b) aprofundar a discussão sobre os fatores sociais que influenciam ou contribuem para o aumento dos índices de violência contra crianças. c) vincular essas causas a mais soluções preventivas; e d) explicar os mecanismos causais pelos quais a violência afeta diretamente o desenvolvimento das crianças.
 - **Descrever a forma como os altos níveis de violência podem afetar negativamente o cérebro em desenvolvimento, com consequências ao longo da vida para a aprendizagem, saúde e comportamento.** O público precisa de mais informações sobre os mecanismos exatos por meio dos quais a exposição à violência impacta negativamente o desenvolvimento infantil. Tal informação é fundamental para o público participar plenamente nas discussões sobre políticas e intervenções apropriadas.

MÉTODOS

Esta análise identifica os principais temas presentes na cobertura da mídia relacionados com o desenvolvimento na primeira infância e a violência urbana. A fim de selecionar fontes adequadas para os artigos da amostra, usamos o ranking de jornais da Agência de

Notícias dos Direitos da Infância - ANDI (Infância na Mídia, 2010), que monitora diariamente as notícias relativas à infância e adolescência em todo o território brasileiro. A partir desse ranking, selecionamos as fontes com base na circulação, bem como em sua capacidade de representar a diversidade geográfica e política do Brasil:

Distribuição nacional:

1. Folha de São Paulo (SP)
2. Correio Braziliense (DF)
3. O Globo (RJ)

Distribuição regional:

1. Centro-Oeste: Folha do Estado (MT); Diário da Manhã (GO)
2. Sul: Zero Hora (RS); Gazeta do Povo (PR)
3. Sudeste: O Estado de Minas (MG)
4. Norte: O Liberal (PA); O Estadão Norte (RO)
5. Nordeste: Correio da Paraíba (PB); O Povo (CE)

Para identificar os principais temas sobre estas questões, os pesquisadores usaram uma variedade de palavras-chave relacionadas à primeira infância, tais como “desenvolvimento”, “criança”, “infância”, “bebês”, etc, o que gerou uma amostra final de 500 artigos, posteriormente codificados nas seguintes categorias:

1. Estilo de contar histórias (episódico vs temática)
2. Tom
3. Tópico geral do artigo
4. Grupo de idade, raça, etnia e status socioeconômico dos alunos/crianças mencionados
5. Tipos de mensageiros/especialistas citados
6. Valores
7. Metáforas
8. Menção de programas e políticas específicas

Análises quantitativas e qualitativas

Após a codificação da amostra total de 500 artigos, analisamos a frequência dos códigos em cada categoria, bem como as relações entre os códigos selecionados. A finalidade desta etapa foi identificar a frequência de componentes específicos de narrativa e enquadramentos, permitindo analisar a coocorrência de elementos narrativos e documentar as narrativas dominantes na cobertura da mídia sobre o desenvolvimento na primeira infância e a violência urbana.

Em seguida, examinamos 100 histórias selecionadas aleatoriamente a fim de melhorar e contextualizar qualitativamente os resultados quantitativos. A análise qualitativa fornece maior descrição e contextualização de resultados quantitativos, identificando as formas comuns pelas quais os meios de comunicação articulam componentes narrativos específicos (por exemplo, temas-chave na discussão da mídia, como o papel do governo como um ator que promove soluções para os problemas da infância, etc.). Nesse sentido, uma vez identificados como complementares, os resultados passam a integrar análises qualitativas e quantitativas.

Análise cognitiva

A identificação dos modelos culturais referidos neste documento foi baseada em mais de 36 entrevistas individuais, semiestruturadas, sobre questões relacionadas com o desenvolvimento na primeira infância e a violência urbana, realizadas entre março de 2012 e abril de 2013. Consistente com os métodos empregados na antropologia psicológica, as entrevistas de modelos culturais são projetadas para identificar formas de falar e pensar um determinado assunto. Ao longo de toda a amostra, foram identificados padrões de discurso, formas comuns ou padronizações da fala. Esses discursos foram então analisados para revelar premissas organizacionais tácitas, relacionamentos, proposições e conexões comumente compartilhadas aprioristicamente em todas as transcrições das entrevistas individuais, e também na amostra como um todo. Em suma, a análise procura padrões tanto naquilo que foi dito (como as coisas são relacionadas, explicadas e compreendidas), quanto naquilo que não foi dito (visões compartilhadas, mas tomadas como pressupostos tácitos).

I. REPRESENTAÇÕES DA MÍDIA SOBRE DESENVOLVIMENTO NA PRIMEIRA INFÂNCIA

As representações da mídia sobre desenvolvimento na primeira infância contêm um conjunto consistente de “frames” (enquadramentos) dominantes, identificados durante a análise quantitativa e qualitativa. Juntos, esses enquadramentos fornecem explicações causais e oferecem soluções relacionadas ao desenvolvimento na primeira infância. Cada enquadramento é discutido em detalhes abaixo.

1. O enquadramento da *Sobrevivência da criança*

Quando a mídia faz referência ao *desenvolvimento na primeira infância*, ela enfoca principalmente os três primeiros anos de vida de uma criança (47% dos artigos). Na verdade, embora o termo brasileiro "primeira infância" seja tecnicamente utilizado para descrever a faixa situada entre 0 e 6 anos de idade, geralmente a mídia usa esse termo ao se referir apenas aos três primeiros anos de vida dos bebês.

A imprensa aborda os três primeiros anos de vida de uma criança quase que exclusivamente por meio do enquadramento da *Sobrevivência infantil*. Aproximadamente 59% dos artigos que incidem sobre essa faixa etária aborda questões de saúde (39%) e taxas de mortalidade (19,6%). Esses artigos tratam basicamente da mortalidade infantil, nascimentos prematuros e doenças como HIV, diabetes, meningite e obesidade, entre outras. Sua preocupação fundamental está no aumento das taxas de sobrevivência dos bebês e tende a se concentrar no norte e nordeste do Brasil, destacando tipicamente a pobreza e a instabilidade nessas regiões.

O foco na *sobrevivência infantil* muitas vezes vem em detrimento da atenção às questões do desenvolvimento em sentido estrito. Em comparação com 59% de incidência de temas relacionados à sobrevivência da criança, apenas 15,6% dos artigos analisados cobre questões relacionadas ao desenvolvimento na primeira infância. Desse total, 5,5% refere-se ao desenvolvimento físico; 3,8% ao desenvolvimento emocional; 2,5% ao desenvolvimento do cérebro; e 3,8% menciona o tema em um sentido geral. As histórias sobre desenvolvimento estão preocupadas com temas que abrangem desde aleitamento materno até novos resultados de pesquisas sobre desenvolvimento infantil. Os artigos voltados à descrição de pesquisas acadêmicas tendem a se concentrar em estudos internacionais, e há pouco esforço para estabelecer como essas descobertas podem ser aplicáveis ao contexto brasileiro.

2. O enquadramento da *Educação universal*

Quando os meios de comunicação fazem referência a crianças mais velhas, isto é, situadas na faixa acima dos 3 anos de idade, o termo empregado para defini-las é o mais genérico possível: "criança". Em 17,5% dos artigos que tratam deste grupo etário, o tema principal está relacionado ao acesso dessas crianças ao ensino formal. O pressuposto subjacente é que todas as crianças brasileiras devem ter acesso à educação formal, como ilustrado no exemplo abaixo:

Durante debate na Conferência Nacional de Educação (Conae) a secretária de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC), Maria do Pilar Lacerda, afirmou que ainda existem no País 3,5 milhões de crianças entre 4 e 17 anos fora da escola.^[ix]

Ainda que seja um tema de relevância incontestável, o foco constante da mídia na falta de acesso à educação deixa de fora inúmeros outros tópicos de importância crítica, sobretudo a qualidade do ensino, as discussões mais gerais dos propósitos e objetivos da educação e as propostas específicas que visam melhorar a educação e a aprendizagem no Brasil.

O enquadramento da *Educação universal* também foi aplicado nos contextos referentes a creches, descritos pelos jornalistas prioritariamente a partir da falta de acesso a creches públicas. Os artigos jornalísticos se concentraram, em sua maioria, nas condições *físicas* das creches, procurando demonstrar a carência desses centros de acolhimento por saneamento e outros tipos de melhorias. Nesse sentido, discussões sobre a qualidade das creches estão centradas principalmente em questões de infraestrutura. Em geral, as creches são representadas apenas como locais que tomam conta das crianças enquanto os pais trabalham, em detrimento de uma perspectiva que as enquadre como um ambiente de aprendizagem no início da vida de importância crucial. O trecho a seguir é um exemplo de foco da mídia em acessibilidade limitada e qualidade básica das creches brasileiras:

O Ministério Público entrou com ação na qual pede a matrícula de alunos com até 3 anos em creches paulistanas a partir do ano que vem. (...) O Ministério Público levou em conta na ação um parecer de professores da Faculdade de Educação da USP que aponta falta de infraestrutura nas Emeis para atender crianças de até 3 anos - o texto afirma, inclusive, que a estrutura é inadequada até para alunos de 4 e 5 anos.^[x]

—

Da mesma forma observada em relação aos artigos sobre ensino fundamental, a mídia procura limitar suas discussões sobre creches à quantidade de vagas disponíveis em detrimento de um debate sobre o currículo pré-escolar, o papel da pré-escola ou a dinâmica adequada para prover um bom jardim de infância às

crianças – elementos que, segundo os especialistas, são críticos para melhorar os resultados do desenvolvimento infantil.^[xi]

3. O enquadramento do *Governo quebrado*

Quase um quarto da cobertura da mídia analisada culpa o *governo* pelos problemas que ocorrem na primeira infância no Brasil. Simplificando, jornalistas que empregam o enquadramento do *Governo quebrado* argumentam que os governos federal, estadual e municipal carecem de iniciativas para estimular o desenvolvimento das crianças. Por exemplo, o seguinte artigo descreve a falha governamental ao não implantar serviços básicos de saúde do bebê, como o “teste do pezinho”:

Segundo a fonoaudióloga Vanessa Furtado, 10 municípios têm legislação obrigando a realização do teste, mas a lei se restringe ao papel. “Falta iniciativa política”, afirmou.^[xii]

O enquadramento do *Governo quebrado* é mobilizado na cobertura da mídia para tratar de discussões centradas no impacto das desigualdades históricas sobre o desenvolvimento das crianças. Por exemplo, artigos que cobrem comunidades carentes (incluindo negros, indígenas, comunidades rurais, de baixa renda, etc.) procuram explicar como a negligência do Estado teve sérias consequências em diversos aspectos do desenvolvimento infantil. De acordo com Zilda Arns, fundadora e diretora nacional da Pastoral da Criança,

Milhares de crianças têm seus direitos violados mesmo antes de virem ao mundo, “porque suas famílias não têm acesso aos meios necessários para garantir seu desenvolvimento físico, intelectual, social e espiritual”. Para Zilda, a desigualdade social, a falta de políticas públicas e ações intersetoriais compromissadas com a oferta de educação e saúde de qualidade são os maiores problemas do Brasil e da maior parte dos países em desenvolvimento.^[xiii]

Enquanto o enquadramento do *Governo quebrado* em grande parte trata dos efeitos negativos da ineficácia governamental, o aspecto positivo desse “frame” é que a responsabilidade por abordar questões relacionadas ao desenvolvimento na primeira infância é atribuída ao governo, incluindo a implantação de serviços e o desenvolvimento de políticas eficazes (41,6% da amostra).

4. O enquadramento dos *Maus pais*

Além do enquadramento do *Governo quebrado*, a cobertura da mídia sobre a primeira infância no Brasil atribui os maus resultados no desenvolvimento infantil aos hábitos e práticas de cuidado das famílias, especialmente dos pais. Este quadro foi observado em 14,1% dos artigos analisados. De acordo com o enquadramento dos *Maus pais*, as

práticas inadequadas da família impactam negativamente, ao longo do tempo, no desenvolvimento das crianças. O trecho a seguir ilustra esse quadro:

A pesquisa também revelou que as crianças recebem muito cedo alimentos inadequados, como doces industrializados, biscoitos recheados e até refrigerantes. Para elaborar o cardápio dos filhos, a grande maioria das mães (67,7%) segue a própria experiência ou da família. As orientações passadas pelo pediatra ficam em segundo plano.^[xiv]

Nesta passagem, as mães são retratadas como se abstendo dos conselhos de especialistas em favor de seus próprios conhecimentos e experiência familiar. Os maus resultados no desenvolvimento infantil são atribuídos às famílias e às práticas “atrasadas”, “incivilizadas” e “ignorantes” que utilizam para criar os filhos. Além disso, a cobertura da mídia também ignora os contextos nos quais emergem os “maus pais”. O artigo acima, por exemplo, examina as escolhas alimentares dos pais, mas desconsidera fatores importantes como a disponibilidade e acessibilidade a alimentos saudáveis, entre outras questões. O enquadramento dos *Maus pais* estigmatiza as famílias pobres na medida em que elas são constantemente representadas como ignorantes ou resistentes à adoção de hábitos mais saudáveis.

Não surpreende, portanto, que jornalistas e outros formadores de opinião argumentem que problemas no desenvolvimento na primeira infância podem ser resolvidos com a mudança dos hábitos e práticas das famílias de forma individualizada. Como exemplificado no trecho a seguir, os artigos da mídia muitas vezes promovem campanhas de sensibilização ou educação parental como a forma mais eficaz de melhorar os resultados no desenvolvimento infantil:

Representantes de ONGs, da Justiça e dos governos federal, estadual e municipal estão montando uma rede de proteção à criança brasileira de zero a seis anos. O objetivo para este ano é capacitar 10 milhões de famílias no atendimento e melhor cuidado de seus filhos. (...) As famílias a serem atendidas receberão treinamento de agentes, além de calendários e cartilhas com informações sobre como tratar crianças da primeira infância. Agentes comunitários de saúde, médicos e enfermeiros participarão da empreitada.^[xv]

Trata-se da mesma perspectiva jornalística que, de um lado, ignora os contextos sociais diversificados nos quais a educação familiar é exercida e, de outro, promove a ideia de que existe um método singular, universal e científico de modelo de educação familiar que todos devem seguir. Como resultado, a “ciência” é implicitamente apresentada como uma esfera contrária às práticas tradicionais e, em última instância, contrária à própria família.

5. O enquadramento do *Retorno sobre investimento*

Na mídia brasileira, as soluções para os problemas do desenvolvimento infantil são frequentemente retratadas sob o ponto de vista econômico, mais especificamente por meio do “frame” *Retorno sobre investimento* (41,6% dos artigos). Esse enquadramento fornece uma justificativa de ordem econômica para que os brasileiros dediquem recursos públicos às questões relacionadas ao desenvolvimento na primeira infância, ou seja, argumenta que um investimento público nessa área renderia retornos financeiros, como observamos no exemplo abaixo:

Segundo especialistas em educação, o período até os três anos é crucial para o desenvolvimento da criança. Se ela for bem estimulada, alimentada e cuidada nessa fase, terá muito mais chances de virar um adulto produtivo. ^[xvii]

Este enquadramento destaca a produtividade econômica como o principal resultado desejado para o desenvolvimento na primeira infância e deixa de considerar outros aspectos não financeiros como a proteção dos direitos da criança, que garante a todas as crianças a capacidade de atingir seu pleno potencial para contribuir para a vida de suas comunidades. Além disso, o enquadramento do *Retorno sobre investimento* muitas vezes privilegia intervenções em grande escala em detrimento de intervenções locais, que têm um menor retorno nacional, mas potencialmente possuem mais chances de sucesso.

II. VIOLÊNCIA NA PRIMEIRA INFÂNCIA

Uma das constatações mais importantes de nossa análise sobre a violência e a infância foi a surpreendente falta de *atenção da mídia ao tema específico da violência na primeira infância*. Em uma busca no amplo banco de dados de artigos sobre primeira infância da ANDI, tivemos que retroceder até outubro de 2011 a fim de encontrar 50 artigos que se adequassem aos nossos critérios de pesquisa. Apesar do impacto significativo da violência na vida das crianças brasileiras, o tema recebe pouquíssima atenção dos meios de comunicação.

Os maus-tratos e a pedofilia constituem as formas predominantes de violência relatadas na cobertura da mídia, com 37,4% e 28% das menções, respectivamente. A maioria dos artigos da amostra (60%) enfoca as regiões norte e nordeste, frequentemente associadas a comunidades rurais de baixa renda e a minorias étnicas. Nos grandes centros urbanos, além da pedofilia e dos maus-tratos, a violência também é retratada como uma externalidade negativa dos conflitos entre traficantes de drogas e a polícia. Ao contrário do que ocorre com os artigos sobre desenvolvimento na primeira infância, a cobertura da mídia sobre violência concentra-se predominantemente nas crianças mais velhas, frequentemente representadas pela expressão “criança e adolescente”. A infância em sentido estrito está quase completamente ausente da cobertura.

Identificamos três enquadramentos predominantes entre os artigos que cobrem as questões relacionadas à violência e desenvolvimento na primeira infância, detalhados abaixo.

1. O enquadramento da *Crise estatística*

Aproximadamente metade dos artigos sobre violência analisados emprega o enquadramento da *Crise estatística*, no qual os níveis crescentes das taxas de violência são utilizados para “descrever” um cenário no qual a violência é percebida como se tornando cada vez maior. Os títulos por si só produzem dramaticamente a sensação de medo ou pânico nos leitores: “*Cresce o número de crimes sexuais contra crianças e adolescentes*”.^[xvii]

Os artigos analisados frequentemente apresentam uma quantidade impressionante de informação estatística, contudo, sem qualquer análise mais profunda sobre o significado, as causas ou possíveis soluções para a violência, como podemos conferir nos trechos abaixo:

De 2009 até o início deste mês, o Paraná registrou cerca de 21.500 notificações de violência, segundo dados divulgados esta semana pela Secretaria Estadual da Saúde. Deste total, 49% são de casos envolvendo crianças ou adolescentes. Os números chamaram a atenção e motivaram a criação da campanha “Viva a Infância”, lançada na última segunda-feira, dia 21, em Curitiba. O estudo mostrou que os tipos de violência mais comuns em crianças e adolescentes são a negligência ou o abandono, que correspondem a 48% dos casos notificados no ano passado. A violência sexual ocupa a segunda colocação e ocorre, principalmente, contra meninas. Já a violência física, que é a terceira de maior incidência, acontece mais vezes contra os meninos. Em 2010, dos casos de violência notificados no Paraná, 48,6% foram contra crianças e adolescentes, segundo a Secretaria de Saúde. Em 2011, o índice de situações envolvendo esse público baixou para 43,2% e, em 2012, voltou a subir, para 56,1% do total.^[xviii]

—

As estatísticas de estupro, colhidas nas delegacias do Distrito Federal, mostram o quanto crianças e adolescentes estão expostos à violência sexual. Nos cinco primeiros meses deste ano, 328 vítimas com até 17 anos foram abusadas em alguma região do DF. A quantidade representa 77,5% dos 423 casos registrados de janeiro a maio de 2013 — uma média de 84 a cada mês. O levantamento feito pelo Correio, com base nos dados da Secretaria de Segurança Pública do DF (SSP), revela ainda que, entre as vítimas, 259 têm entre 4 e 13 anos (61%). Ceilândia, Sobradinho e São Sebastião são as cidades que mais concentraram as ocorrências. Mais de 80% dos casos têm algum tipo de vínculo entre a vítima e o autor.^[xix]

Pareceres de peritos e debates aprofundados raramente têm destaque. Dos peritos citados ou consultados, a maioria se atém a uma perspectiva jurídica ou criminal em vez de uma visão especializada em desenvolvimento infantil. As estatísticas são tratadas como uma história em si mesma, apresentadas praticamente sem nenhuma contextualização e sem discussão de causas, impactos ou possíveis soluções.

2 . O enquadramento do *Autor imoral*

Na cobertura da mídia sobre primeira infância e violência, os casos de maus-tratos ou pedofilia são frequentemente enquadrados como perpetrados por indivíduos imorais. Este foco em “maus” indivíduos obscurece a cobertura de análises mais sistêmicas das causas e soluções para a violência urbana. O exemplo a seguir ilustra como estes artigos enfocam autores e vítimas de forma individualizada e episódica:

A Justiça fluminense terá de fixar nova pena contra a procuradora aposentada Vera Lúcia de Sant'Anna Gomes, que foi condenada por torturar uma criança de dois anos que estava sob sua guarda, para fins de adoção. Em primeiro grau, ela foi condenada a oito anos e dois meses de prisão. Houve recurso da defesa e do Ministério Público, mas a sentença foi mantida. A defesa entrou então com pedido de habeas corpus no Superior Tribunal de Justiça (STJ), alegando que a pena-base teria sido fixada acima do mínimo legal sem a devida fundamentação. A penalidade para crime de tortura é de seis anos. A Quinta Turma do STJ, por maioria, entendeu que a fixação da medida penal deveria ser acima do mínimo legal, considerando elementos próprios do crime de tortura, como a crueldade e a intolerância.^[xx]

3. O enquadramento da *Punição mais severa*

Aumentar a punição dos criminosos - incluindo a promulgação de leis mais rigorosas e a criação de penas mais duras - foi a principal solução identificada na cobertura da mídia sobre o entrelaçamento dos temas violência e primeira infância. O enquadramento da *Punição mais severa* está assentado em dois pressupostos: (1) que a aplicação da lei carece de capacidade institucional para prender e processar os autores da violência, e (2) que leis mais rigorosas ajudarão a reduzir os crescentes níveis de violência. Em relação ao primeiro ponto, os jornalistas muitas vezes escrevem sobre campanhas públicas, por meio das quais os cidadãos podem suprir essa carência utilizando linhas diretas para denunciar crimes. Em relação ao segundo ponto, é possível dizer que o foco da mídia apenas na punição acaba por excluir debates centrados em programas de prevenção ou na discussão de causas mais sistêmicas da violência, como observado no exemplo abaixo:

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou ontem (10) o projeto de lei 6719/2009, conhecido como Lei Joanna Maranhão, que altera o prazo de prescrição dos crimes sexuais praticados contra crianças e adolescentes. Já aprovado no Senado Federal, o texto precisa agora ser

analisado pelo plenário e depois vai para sanção presidencial. O texto, proposto pela CPI da Pedofilia em 2009, garante às vítimas de abuso sexual mais tempo para denunciar o agressor. Pela nova lei, o tempo de prescrição passa a contar a partir da data em que a vítima de crime sexual completar 18 anos. Hoje, o Código Penal estabelece que a contagem do prazo começa na data do crime.^[xxi]

AUSÊNCIAS

Os enquadramentos identificados nesta análise revelam ausências importantes na cobertura da mídia brasileira sobre questões relativas ao desenvolvimento na primeira infância:

- **Ausência do setor privado.** Governo e famílias individualizadas são os principais atores citados no que tange às causas e soluções dos problemas relacionados ao desenvolvimento na primeira infância. O setor privado é citado como um ator responsável/causal em apenas 2% dos artigos e nunca é mencionado como um ator de soluções. Por exemplo, no Brasil os serviços de saúde são fornecidos cada vez mais por empresas privadas que, por sua vez, são constantemente criticadas pelo mau serviço. Nesse sentido, é no mínimo curioso o fato desse setor se encontrar praticamente ausente das narrativas na mídia brasileira sobre o desenvolvimento na primeira infância – sobretudo quando o acesso à saúde é um tema crucial para a obtenção de bons resultados nessa área. Quanto às ONGs, seu enfoque pela mídia como atores importantes para o desenvolvimento infantil é ainda mais raro do que no caso das organizações do setor privado, aparecendo em menos de 1% dos artigos incluídos nesta análise.
- **Ausência de história causal.** Quase 57% dos artigos incluídos na amostra não contém nenhuma história causal clara sobre questões de desenvolvimento na primeira infância. Além disso, não há virtualmente nenhuma discussão sobre as raízes históricas dos problemas enfrentados pelas crianças no Brasil. As práticas das famílias raramente são colocadas em um contexto histórico ou político, e medidas concretas para apoiar os pais de crianças pequenas raramente são mencionadas. A desigualdade social, que aparece pelo menos parcialmente como a raiz da maioria dos problemas identificados pela mídia no que tange ao desenvolvimento na primeira infância, raramente é abordada. É possível afirmar, portanto, que as causas mais profundas das desigualdades estruturais estão, em grande parte, invisíveis na cobertura da mídia. Por exemplo, o próximo artigo descreve como o saneamento básico é uma carência gritante para uma expressiva parcela das crianças brasileiras, mas não analisa por que tal infraestrutura básica é inexistente:

Ainda faltam serviços básicos de saneamento para 21,9 milhões de crianças brasileiras com até 14 anos - 48,5% da população nessa idade. Segundo a Síntese de Indicadores Sociais 2012, divulgada ontem (28) pelo

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existe um déficit de pelo menos um dos requisitos essenciais de infraestrutura: abastecimento de água, esgoto adequado, coleta seletiva de lixo e iluminação elétrica. Baseado em dados do ano passado, o levantamento mostrou que, entre essas crianças, 4,8 milhões estavam seriamente submetidas a riscos de doenças, pois moravam em locais onde todos os itens eram inadequados. Entre as regiões, o Nordeste apresentou a pior situação, com 17,2% de exposição, e o Sudeste a melhor, com 3,7%.^{lxxii}

- **Ausência da ciência do desenvolvimento na primeira infância.** A análise dos artigos relacionados com os temas da primeira infância e violência mostrou uma clara ausência de qualquer ciência específica do desenvolvimento na infância no Brasil. O desenvolvimento cerebral se encontra praticamente ausente dos artigos, -enquanto cientistas do desenvolvimento raramente são citados como especialistas para quaisquer questões relacionadas à infância (menos de 2% da amostra). Este tipo de ausência influencia de maneira perversa a maneira como são enquadrados os problemas, causas e potenciais soluções pertinentes à primeira infância no Brasil. Mesmo em circunstâncias evidentes, como a cobertura específica da violência contra crianças, a mídia não faz sequer uma menção aos impactos desse fenômeno social no desenvolvimento infantil.
- **Ausência dos impactos e benefícios coletivos do desenvolvimento na primeira infância.** A noção de interdependência social está completamente ausente na mídia. O tema da primeira infância não é representado como uma questão coletiva com efeitos adversos causados direta e indiretamente por todas as classes sociais, ou seja, como uma responsabilidade partilhada. Ao contrário, ele é representado como um problema exclusivo das classes socioeconomicamente desprivilegiadas, nas quais os próprios pais são os culpados por resultados adversos.

IMPLICAÇÕES COGNITIVAS

Baseados na análise dos enquadramentos e dos modelos culturais empregados pelo público quando instado a pensar a primeira infância, podemos concluir que a exposição dos enquadramentos da mídia acima descritos acarreta os seguintes efeitos:

- **A cobertura midiática sobre “desenvolvimento cognitivo” está concentrada em temas relacionados a crianças mais velhas. No que tange ao tema da primeira infância, a ênfase é na sobrevivência em lugar do desenvolvimento.** A mídia raramente enfoca o desenvolvimento na primeira infância (0 a 3 anos). Entre os artigos que fazem referência a este período, aproximadamente 59% se concentra em taxas de mortalidade, partos prematuros e doenças como HIV, diabetes, meningite e obesidade, entre outras. Em suma, a sobrevivência infantil é a principal área de interesse da mídia na cobertura de temas associados a crianças

de 0 a 3 anos. Por outro lado, o interesse da mídia em crianças acima dessa faixa etária está primariamente direcionado a questões de educação — especificamente, a falta de acesso de muitas crianças brasileiras às oportunidades educacionais.

- **O desenvolvimento cerebral no início da vida e as habilidades não cognitivas de desenvolvimento estão praticamente ausentes da narrativa da mídia sobre crianças.** A diferenciação por faixa etária tem várias implicações importantes. Primeiro, são raras – se não inexistentes - as discussões na mídia brasileira sobre a educação *no início da vida* da criança. As creches são representadas pelos meios de comunicação principalmente como instituições privativas de liberdade, em lugar de ambientes de aprendizagem cuja importância é fundamental para as crianças. Em segundo lugar, quando abrange questões de educação para crianças mais velhas, a cobertura da mídia enfatiza em excesso o tipo de desenvolvimento cognitivo que ocorre apenas em contextos de educação formal. Este foco míope na aprendizagem cognitiva formal desconsidera qualquer discussão sobre outras habilidades importantes, tais como as sociais e emocionais. Finalmente, há pouca cobertura a respeito do desenvolvimento do *cérebro* da criança no início da vida, tema presente em menos de 3% dos artigos que abordam o desenvolvimento cerebral infantil em qualquer idade.
- **A cobertura midiática atribui os problemas enfrentados pelas crianças brasileiras - incluindo os baixos níveis das taxas de saúde e sobrevivência, bem como a falta de oportunidades educacionais - à ineficiência do governo.** A mídia brasileira regularmente responsabiliza o governo pela falta de prestação de serviços de educação e infraestrutura básica para melhorar a saúde da criança e aumentar suas taxas de sobrevivência. A mídia destaca a ineficiência e incompetência das autoridades públicas em todos os níveis: federal, estadual e municipal.
- **A mídia frequentemente atribui as deficiências das crianças brasileiras às famílias e suas práticas de cuidado, afirmando que políticas públicas devem ser orientadas para mudar esses comportamentos.** A cobertura da mídia sobre primeira infância no Brasil atribui os resultados negativos do desenvolvimento infantil aos hábitos e práticas das famílias. Essas histórias, que constituem mais de 14% da amostra, tendem a se concentrar nos brasileiros de comunidades marginalizadas e/ou com poucos recursos. Jornalistas regularmente enfatizam que os pais — particularmente as mães — evitam conselhos de especialistas em favor do conhecimento baseado nos ensinamentos da família ou nos modelos tradicionais, culturalmente orientados, de educação infantil, muitas vezes em detrimento do desenvolvimento e da saúde de suas crianças. Dessa forma, não surpreende que a principal solução oferecida pelos meios de comunicação seja a mudança de comportamentos e hábitos considerados "ignorantes" presentes nas práticas das famílias. Em grande parte ausente das histórias narradas pela mídia

está o contexto social em que os pais cuidam de seus filhos — incluindo a disponibilidade e acessibilidade a alimentos saudáveis, água potável e serviços de educação e saúde de qualidade, entre outras questões. Como consequência, políticas destinadas a *alterar* estes contextos são muitas vezes deixadas de fora da cobertura da mídia brasileira sobre o desenvolvimento na primeira infância, reforçando enquadramentos superficiais da realidade das famílias brasileiras.

· **A mídia brasileira está preocupada principalmente com os impactos econômicos da promoção do desenvolvimento na primeira infância.** Jornalistas regularmente ressaltam o emprego na idade adulta como um dos retornos sobre investimentos voltados ao desenvolvimento na primeira infância. Em muitos casos, o mercado de trabalho é destacado como o desejo primário em termos de resultados positivos do desenvolvimento infantil. Sob esse ponto de vista, o desenvolvimento não é medido por um contexto que possibilite às crianças desenvolver seus potenciais, mas por quão produtivas elas poderão vir a ser no futuro, especialmente no mercado de trabalho. A cobertura consistentemente deixa de considerar outros benefícios de ordem não financeira que decorrem de políticas públicas destinadas a apoiar o desenvolvimento infantil, como a proteção dos direitos das crianças e a garantia de que todas elas sejam capazes de atingir seu pleno potencial e contribuir para as suas comunidades. Este foco em ganhos econômicos e retorno sobre o investimento obscurece a consideração de um conteúdo programático que prime pela *qualidade* nas intervenções e políticas públicas destinadas ao universo infantil.

A análise da cobertura da mídia sobre a primeira infância e violência revelou os seguintes temas:

· **A cobertura da mídia sobre primeira infância e violência é rara e enquadrada de forma superficial.** A violência raramente é tratada como um problema relacionado a crianças. Aproximadamente metade dos artigos aborda tendências estatísticas relativas ao aumento da violência entre parte da população ou em uma determinada região. A outra metade apresenta histórias sobre as motivações, moralidade e disposições psicológicas de autores individuais. Estes dois quadros criam uma sensação de pânico (de que a violência estaria crescendo), além de sustentarem a noção de que a violência é causada por atos isolados, perpetrados por indivíduos imorais.

· **A mídia raramente aborda o *impacto* da violência sobre o desenvolvimento infantil.** Não há nenhuma discussão a respeito do impacto da violência sobre o desenvolvimento do cérebro, ou sobre como a intensa e regular exposição à violência gera resultados negativos para a saúde em longo prazo.

- **A solução primária promovida pelos meios de comunicação diante da violência contra crianças se concentra em punições mais severas para os perpetradores.** Consistente com o fato de o foco da mídia recair sobre autores individuais, a solução operacional apresentada por jornalistas e comentaristas para deter a violência contra crianças é a elaboração de leis mais rigorosas e punição mais severa aos perpetradores.

CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Na mídia brasileira, a cobertura do desenvolvimento na primeira infância enfatiza os temas da saúde da criança e de sua sobrevivência nos primeiros anos (0-3), bem como o acesso à educação formal nos anos posteriores (3-6). Entretanto, a ciência específica que estuda como as crianças se desenvolvem cognitivamente, social e emocionalmente é totalmente ignorada, assim como as condições sociais e educacionais que poderiam melhorar os resultados do desenvolvimento. Além disso, as causas dos problemas associados ao desenvolvimento na primeira infância geralmente são atribuídas às práticas patológicas das famílias e à ineficiência do governo. Curiosamente, o governo é representado como responsável pela implantação de soluções para esses problemas, mas apenas na medida em que essas soluções possam resultar em retorno econômico. Finalmente, as soluções propostas por autoridades públicas tipicamente envolvem intervenções nos hábitos familiares.

Embora especialistas argumentem que a violência é um fator crítico que interrompe o desenvolvimento saudável da criança, a mídia raramente trata esses dois tópicos de maneira conjunta. Quando o faz, a abordagem é superficial, estatística e rasa. Nas poucas vezes em que a cobertura da mídia explora causas e soluções, suas conclusões são extremamente individualistas, como vimos nos exemplos sobre violência, em que a culpa geralmente recai sobre um indivíduo imoral.

Os resultados apresentados nesta pesquisa têm fortes implicações sobre a forma como defensores e cientistas da primeira infância devem realizar suas comunicações e desenvolver suas interações com os meios de comunicação. Abaixo seguem medidas concretas a serem adotadas por formadores de opinião, no intuito de deslocar os enquadramentos atualmente utilizados para discutir o desenvolvimento na primeira infância e a violência no Brasil:

Recomendações

- 1- **Explicar os processos de desenvolvimento do cérebro no início da vida.** Atualmente, não há nenhuma discussão na imprensa brasileira sobre o *que* se desenvolve na primeira infância e *como* esse desenvolvimento acontece. Comunicadores devem inserir esse tipo de explicação em conversas com

membros da mídia e devem ser específicos a respeito das idades em que ocorrem processos-chave do desenvolvimento.

- 2- Explicar a interligação de habilidades sociais, emocionais e cognitivas.** A cobertura da mídia sobre as questões relativas à primeira infância está concentrada nas experiências das crianças em contextos de educação formal e, portanto, enfatiza apenas o desenvolvimento cognitivo. Especialistas e defensores da primeira infância devem explicar a interligação de habilidades sociais, emocionais e cognitivas de forma a evidenciar a integralidade do desenvolvimento infantil.

- 3- Enfatizar a qualidade programática das políticas públicas.** O interesse da mídia se apresenta predominantemente centrado na quantidade de serviços e programas disponíveis para as crianças, mas raramente aborda a qualidade dessas intervenções. Apresentar alternativas baseadas em evidências científicas é um passo essencial para melhorar os resultados. Se começarem a inserir nas narrativas da mídia discussões sobre a qualidade programática das políticas públicas, os especialistas permitirão que o público faça uma melhor avaliação sobre propostas de políticas específicas em matéria de desenvolvimento na primeira infância.

- 4- Não culpar ou isolar as famílias.** Ao culpar e estigmatizar as famílias brasileiras, sobretudo as de certas regiões com baixo status socioeconômico, os meios de comunicação contribuem para isolar um importante segmento da população, que impacta diretamente o desenvolvimento na primeira infância. Os pais não devem ser considerados como a única solução; no entanto, eles certamente devem ser considerados parte de uma equipe bem conectada de adultos que age de forma coordenada para garantir as melhores condições para o desenvolvimento das crianças. Para seguir apropriadamente essa recomendação, é preciso ter em mente o tom adequado tanto para a comunicação em si quanto para os mensageiros, neste caso, a mídia brasileira.

- 5- Fazer da violência um tema da infância.** A cobertura da mídia raramente trata infância e violência como temas conexos. Nas poucas vezes em que isso acontece, a narrativa se concentra em abordagens estatísticas ou os casos são discutidos em termos de acontecimentos individualizados. Os comunicadores devem ampliar a discussão utilizando os seguintes enfoques: a) tornar visíveis outras formas mais sutis de violência, tais como o abuso e negligência; b) aprofundar a discussão sobre os fatores sociais que influenciam ou contribuem para o aumento dos

índices de violência contra crianças. c) vincular essas causas a mais soluções preventivas; e d) explicar os mecanismos causais pelos quais a violência afeta diretamente o desenvolvimento das crianças.

- 6- Descrever como altos níveis de violência podem afetar negativamente o cérebro em desenvolvimento, com conseqüências ao longo da vida para a aprendizagem, saúde e comportamento.** O público precisa de mais informações sobre os mecanismos exatos por meio dos quais a exposição à violência impacta negativamente o desenvolvimento infantil. Tal informação é crítica para o público participar plenamente nas discussões sobre políticas e intervenções apropriadas.

Sobre FrameWorks Institute

O *FrameWorks Institute* é uma organização independente, sem fins lucrativos, fundada em 1999, cujo objetivo é desenvolver a prática e a pesquisa de comunicações com base científica. O Instituto realiza pesquisa original, multimetodológica para identificar as

estratégias de comunicação que irão promover a compreensão do público sobre os problemas sociais e aumentar o apoio às políticas corretivas. O trabalho do Instituto também inclui o ensino ao terceiro setor sobre como aplicar estas estratégias de comunicações com base científica em seu trabalho para a mudança social. O Instituto publica suas pesquisas e recomendações, bem como kits de ferramentas e outros produtos para o terceiro setor em www.frameworksinstitute.org.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida, armazenada em um sistema de recuperação ou transmitida, sob qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico, mecânico, fotocópia, gravação ou outra forma, sem a prévia autorização do FrameWorks Institute.

Por favor, siga o padrão regras da APA de citação, com FrameWorks Institute como editora. Lyra, M., O'Neil, M., & Baran, M. (2014). *Representações de infância e violência urbana na mídia brasileira*. Washington, DC: FrameWorks Institute.

© Instituto FrameWorks 2014

Notas

[i] Gamson, W.A., & Modigliani, A. (1989). “Media discourse and public opinion on nuclear power: A constructionist approach”. *American Journal of Sociology* 95,(1).

[ii] Volmert, A., Baran, M., Kendall-Taylor, N., & O’Neil, M. (2014). “*You have to have the basics down really well*”: Mapping the gaps between expert and public understandings of STEM education. Washington, DC: FrameWorks Institute.

[iii] Baran, M., Sauma, J., & Siqueira, P. (2014). *Lembrar, espelhar e experimentar: Distanciamentos e sobreposições entre público e especialistas brasileiros sobre o desenvolvimento na primeira infância*. Washington, DC: FrameWorks Institute.

[iv] *Ibid*

[v] *Ibid.*

[vi] *Ibid.*

[vii] *Ibid.*

[viii] Quinn, N. (Ed.). (2005). *Finding culture in talk: A collection of methods*. Nova York, NY: Palgrave MacMillan.

[ix] (31 de março de 2010). “Ainda temos 3,5 milhões de crianças e adolescentes fora da escola”. *O Povo*.

[x] (15 de outubro de 2009). “SP: Promotoria quer crianças de até três anos na creche”. *Folha de São Paulo*.

[xi] Baran, M., Sauma, J., & Siqueira, P. (2014). *Lembrar, espelhar e experimentar: Distanciamentos e sobreposições entre público e especialistas brasileiros sobre o desenvolvimento na primeira infância*. Washington, DC: FrameWorks Institute.

[xii] (24 de maio de 2005). “Apesar de obrigatório, o teste da orelhinha é encontrado em poucos hospitais públicos”. *Correio Braziliense*.

[xiii] (6 de junho de 2007). “Milhares de crianças têm seus direitos violados, diz Zilda Arns”. *Zero Hora*.

[xiv] (19 de agosto de 2010). “Mães não sabem alimentar seus bebês”. *Folha de São Paulo*.

[xv] (27 de janeiro de 2004). “Primeira infância na pauta de projeto nacional”. *Folha de São Paulo*.

[xvi] (18 de agosto de 2003). “Fome zero repassa recursos para merenda escolar de alunos com até 3 anos”. *Correio Braziliense*.

[xvii] (15 de agosto de 2013). “Cresce número de crimes sexuais contra crianças e adolescentes”. *Folha de Boa Vista*.

[xviii] (22 de maio de 2013). “Crianças e adolescentes são vítimas em metade dos casos de violência”. *Diário de Guarapuava Online*.

[xix] (11 de julho de 2013). “Crianças mais vulneráveis”. *Correio Braziliense*.

[xx] (6 de setembro de 2012). “STJ determina recálculo da pena de procuradora que torturou criança”. *Jornal do Comércio*.

[xxi] (11 de abril de 2012). “Projeto altera prescrição de crimes sexuais contra crianças e adolescentes”. *O Globo*.

[xxii] (29 de novembro de 2012). “45% das crianças sem saneamento adequado”. *Correio Braziliense*.